

## O espetáculo do crescimento

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



### **Empreendimentos:**

nem vilões,  
nem mocinhos

### **ONGs:**

Profissionais  
entram em cena

### **Meta 2010:**

Nem todo  
mundo chegou

# O espetáculo do crescimento

#48 . ANO 11 . OUTUBRO DE 2008



FOTO: CAROLINA SILVEIRA

## Enchentes

PREVINIR É MELHOR QUE REMEDIAR

6

### Serra do espinhaço

Mosaico propõe integração de UC's

8

### Terceiro setor

Entidades apostam na profissionalização

10

### Empreendimentos

Quanto vale o progresso?

12

### Meta 2010

O que falta na mobilização?

16

### Entrevista

Países diferentes, experiências semelhantes

18

21



Informativo do Projeto Manuelzão UFMG e de suas parcerias institucionais e sociais pela revitalização da bacia hidrográfica do Rio das Velhas.

#### Coordenação

Geral: Apolo Heringer Lisboa  
apolohl@medicina.ufmg.br  
Meta 2010 e NuVelhas: Thomaz da Matta Machado  
Biomonitoramento: Marcos Callisto, Carlos Bernardo  
Mascarenhas e Paulo Pompeu  
Recuperação vegetal: Maria Rita Muzzi e Nadja Horta de Sá  
Mobilização social e educação ambiental: Marcus Polignano e Rogério Sepúlveda  
Comunicação Social: Elton Antunes  
Publicações: Eugênio Goulart e Leticia Malloy  
Centro de Informação e Documentação: Carolina Saliba

#### Redação e Edição

Elton Antunes (MTb 4415 DRT/MG), Humberto Santos (MTb 12658 DRT/MG), Filipe Motta, Gabriella Hauber, Isabela Almeida, Juliana Afonso, Pâmilla Vilas Boas, Sâmia Bechelane, Stéphanie Bollmann e Tais Ahouagi

#### Diagramação e Ilustração

Bruna Araújo, Délio Faleiro, Filipe Alonso e Stephanie Boaventura  
Foto capa: Filipe Alonso  
Projeto gráfico: Atelier de Publicidade do curso de Comunicação Social da UFMG, sob a coordenação de Bruno Martins. Equipe: Délio Faleiro, Filipe Alonso, Renata Romeiro e Stephanie Boaventura  
Impressão: Posigraf

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte e o autor. Os artigos assinados não exprimem, necessariamente, o opinião dos editores da revista do Projeto Manuelzão.

Universidade Federal de Minas Gerais  
Departamento de Medicina Preventiva e Social Internato em Saúde Coletiva  
Avenida Alfredo Balena, 190, 8º andar / 813  
Belo Horizonte - MG CEP: 30130-100  
(31) 3409-9818 www.manuelzao.ufmg.br  
manuelzao@manuelzao.ufmg.br

#### PARCERIAS E PATROCÍNIO



Prefeitura de Belo Horizonte



#### COLABORAÇÃO



51 municípios da Bacia do Rio das Velhas

Comitê da Bacia do Rio São Francisco

# Crescer é preciso (?)

Caro leitor,

Em 2003, o presidente Lula disse que em breve o Brasil viveria o “espetáculo do crescimento”. O discurso encheu de expectativas os brasileiros que sonhavam com uma vida melhor. Parece que o “espetáculo” está entre nós. Em 2005 e 2006, o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, índice que mede a produção de riquezas de um país, ficou abaixo dos 3%. Foi só no ano passado que o índice saltou para 5,4% e a expectativa para 2008 também é otimista. O crescimento econômico, dizem, bate à nossa porta. Mas devemos recebê-lo sem questionar os impactos ambientais e sociais? A partir de grandes empreendimentos econômicos que pretendem se instalar na bacia do Velhas e adjacências, discutimos as expectativas e preocupações que eles trazem para os municípios. E não foi fácil fazer essa reportagem. Recusa(s) e medo de falar foram comuns na apuração. Parece que nem tudo do espetáculo é para ser mostrado...(p.12).

Mas tem coisa que não dá para esconder. A estação das chuvas está chegando e com ela a preocupação com as enchentes. Não teríamos nada para nos preocupar se houvesse planejamento para lidar com um fenômeno que é natural (p. 6). E, como num quebra-cabeça, os mosaicos de unidades de conservação tentam juntar peças e formar uma área de proteção integrada (p.8).

Outro crescimento considerado espetacular é a profissionalização das organizações do terceiro setor, processo que pode levá-las a perder de vista a motivação ideológica que sustentou seu surgimento (p.10). Já em relação à mobilização para a Meta 2010, o que falta para ela aumentar? A resposta não é única, mas a união de esforços é uma delas (p.16).

Mas um crescimento, pelo menos, foi seguro: o das nossas referências de revitalização de bacias hidrográficas. Cheong-o-quê? O nome é difícil de dizer, mas a experiência é boa de contar. Graças ao 1º Seminário Internacional sobre Revitalização de Rios, entrevistamos dois especialistas internacionais. Eles contam como fizeram para iniciar o processo contínuo de revitalizar dois cursos d'água, um na Coréia do Sul, outro nos Estados Unidos (p.18 e 21). Boa leitura!



FOTO: MARIANA GARCIA

**“Revitalizar um córrego pode significar, para alguns, encaixotá-lo com concreto e deixá-lo sem vida”.**

ROGÉRIO SEPÚLVEDA, PRESIDENTE DO CBH-VELHAS E UM DOS COORDENADORES DO PROJETO MANUELZÃO, DURANTE A ABERTURA DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REVITALIZAÇÃO DE RIOS.

**“Temos mais de 600 km de córregos. Desses, só 30% são canalizados. Vamos resolver esse problema”.**

GUSTAVO VALADARES, CANDIDATO DO DEM À PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, SOBRE SEUS PLANOS PARA O SANEAMENTO.

## Senhoras e senhores,

Muito estranho a felicidade de vocês ao publicarem reportagem na Revista 46 sobre possíveis aterros sanitários, a serem construídos em Ribeirão das Neves. Qual é a IDEOLOGIA de vocês? Preservar o meio ambiente ou manipular as pessoas a serviço do governo de MG?

Aterro sanitário e depósito de resíduos vão trazer quais benefícios para Ribeirão das Neves?

Neves, cidade com mais de 300 mil habitantes, precisa é de emprego, escolas, faculdades, hospitais, transporte coletivo de qualidade e não de aterros sanitários para guardar lixos de outras cidades.

Por que não constroem esses aterros sanitários e depósitos de resíduos, além dos presídios, na cidade de São João Del Rei? O que vocês têm contra Ribeirão das Neves?

Parem de enganar o povo !

João Vilela, por e-mail

Prezado João,

A matéria “Ainda no papel” (edição 46) abordou as intervenções que estão sendo feitas e planejadas para o Vetor Norte Metropolitano, área em que se insere Ribeirão das Neves. O objetivo da matéria foi mostrar que a região precisa de planejamento e gestão conjunta, mas as ações estão sendo feitas isoladamente. A intenção não foi fazer apologia às obras em construção no Vetor Norte, principalmente em Neves. Apenas publicizamos quais são os empreendimentos previstos e em que estágio eles se encontravam.

## Apolo,

Gostaria que você replicasse esse email para os autores da matéria “Trilhos do Velhas: os descaminhos das ferrovias na bacia” na Revista do Manuelzão 47, Vanessa Veiga e Victor Guimarães.

A matéria ficou muito boa e bonita, só que, ao se referir às antigas trilhas que existiam na bacia do Rio das Velhas, eles cometeram um lapso, não se reportando ao trecho de 148 km de “Diamantina a Corinto”, que está 95% inserido na bacia do Velhas e tem uma importância fundamental pelo seu percurso “da Serra ao Cerrado”, em paisagem de beleza cênica deslumbrante, cenário este que os convido a visitar oportunamente.

Aníbal Freire, por e-mail

Prezado Aníbal,

Muito obrigado por nos informar sobre esse trecho.



Leia outras poesias e desenhos produzidos pelos alunos da E.E. Pe. João de Santo Antônio em nosso site. ([www.manuelzao.ufmg.br](http://www.manuelzao.ufmg.br)) O Projeto Manuelzão recebe cartas, músicas, poesias e mensagens eletrônicas de vários colaboradores. Nesta coluna, você confere trechos de algumas dessas correspondências. Envie também sua contribuição. Participe da nossa revista! [jornal@manuelzao.ufmg.br](mailto:jornal@manuelzao.ufmg.br)

# Salvem os Ecólogos!

**DÉCIO LUIS SEMENSATTO JUNIOR**

Ecólogo e Doutor em Geociências e Meio Ambiente pela UNESP.  
Atual presidente da Associação Brasileira de Ecólogos.

A primeira semana de agosto foi marcante para muitos profissionais no Brasil. Por um lado, os oceanógrafos foram merecidamente regulamentados, após 17 anos de tramitação de seu projeto de lei. Por outro, os ecólogos foram surpreendidos com o veto integral à sua regulamentação, cujo projeto de lei foi aprovado por unanimidade no Congresso Nacional. Tal coincidência expôs uma inegável incoerência na análise das regulamentações profissionais, sobretudo porque ambos os projetos são muito semelhantes em forma e conteúdo.

Foram três as razões para o veto, baseadas em parecer do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O interessante é que as mesmas “lacunas” apontadas pelo MTE estão presentes no projeto dos oceanógrafos, embora isso não tenha sido barreira à sua sanção.

A primeira é que o campo de atuação profissional específico do ecólogo não está claro. Ora, há treze atribuições listadas no projeto que mostram claramente onde o ecólogo atua. Portanto, não deve haver dúvidas sobre o assunto.

A segunda é que não há regras de fiscalização da profissão. Esse aspecto é peculiar, já que definir o conselho de classe responsável pela fiscalização é atribuição exclusiva do Executivo. No início do trâmite, o projeto definia o Conselho Federal de Biologia (CFBio) como o conselho fiscalizador, o que foi retirado para que o projeto não fosse declarado inconstitucional. Assim, o Executivo equivocou-se ao exigir do Legislativo o que ele próprio deve determinar. Além disso, no dia em que o projeto foi encaminhado à sanção, o CFBio protocolou junto à Casa Civil um ofício apoiando os ecólogos e dispondo-se a fiscalizá-los. Ao que parece, tal ofício nem deve ter sido apreciado.

A terceira é que o projeto não define quais são os profissionais que podem executar as mesmas atribuições dos ecólogos. O texto é cristalino: são os profissionais legalmente habilitados para tal. A chave é a legalidade. O projeto deveria ser elogiado, pois não cria

para os ecólogos uma indesejável reserva de mercado. Ademais, listar todos os profissionais poderia incorrer na amputação de atribuições a outras formações caso alguma fosse esquecida, o que seria injusto e criaria um choque entre classes.

## QUAIS SÃO AS CONSEQÜÊNCIAS DO VETO?

Para o presidente, uma exposição indesejável, já que foi grande a repercussão negativa à incompreensível decisão. Para o MTE, a constatação de que se adotaram dois pesos e duas medidas, o que nos leva a pensar se os critérios seguidos pelo MTE são robustos o suficiente para evitar equívocos.

Para os ecólogos, mantém-se a injusta exclusão de certas atribuições, como a responsabilidade técnica de estudos de impacto ambiental, exclusiva a profissionais regulamentados e vinculados a um conselho de classe. Infelizmente, tal cenário prevalecerá por mais um tempo, embora a graduação em Ecologia ofereça uma formação completa, atual e afinada ao enfrentamento das principais questões ambientais que desafiam a sociedade. Ressalta-se que todos os cursos de Ecologia têm seus diplomas reconhecidos pelo Ministério da Educação e que há duas universidades públicas federais que oferecem o curso, o que mostra que o Executivo incompreensivelmente não reconhece o profissional que forma em suas instituições.

Duas soluções restam aos ecólogos: articular a derrubada do veto no Congresso Nacional, o que dependerá do governo reconhecer seu equívoco e corrigi-lo, ou apresentar novo projeto de lei e recomeçar do zero, o que representa atraso aos ecólogos e ao Congresso Nacional, que terá que apreciar novamente uma matéria já aprovada por unanimidade. Quem ganhou com o veto? Ninguém. Quem perdeu? A sociedade brasileira. Oxalá o Executivo reveja sua decisão e contribua para fazer justiça a uma classe trabalhadora séria e comprometida com o desenvolvimento sustentável de nosso país. ●

# Entrando pelo ralo

O ÓLEO DE COZINHA USADO PRECISA SER DESCARTADO, MAS AS OPÇÕES PARA ISSO SÃO O GRANDE PROBLEMA

JÉSSICA SOARES, DANIEL MAIA E SAMUEL ANDRADE  
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

**F**ritar a batatinha, o pastel, o peixe. Depois de tudo pronto, jogar o óleo utilizado na fritura pelo ralo. Esse é procedimento comum feito na maioria das residências, bares e restaurantes. Mas isso não quer dizer que ele seja correto.

Embora não exista estatística específica sobre descarte e reciclagem do óleo de cozinha no Brasil, dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais indicam que entre fevereiro de 2007 e janeiro de 2008 foram consumidos mais de 3,5 milhões de toneladas de óleo de soja no Brasil. E esse óleo tem que ser descartado em algum lugar. Segundo o engenheiro civil e analista ambiental da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), Marcelo Viana, o óleo pode ir “diretamente para os esgotos, e dos esgotos para os rios. O problema é ainda mais grave quando o esgoto não passa por tratamento antes de chegar aos rios. O óleo, por ser menos denso que a água, fica na superfície, formando uma espécie de barreira para a obtenção de recursos vitais para os organismos, como oxigênio e luz. Além disso, o descarte indevido do óleo de cozinha causa problemas urbanos. “O resíduo pode interferir na rede de esgoto predial quando acumulado na caixa de gordura, provocando mau cheiro e entupimento de encanamentos e tubulações”, alerta Marcelo.

## O QUE FAZER?

Se descartar o óleo pelo ralo não é a solução, guardá-lo em recipientes fechados, como garrafas pet, e jogá-lo no lixo comum também não resolve. Parte do óleo que chega aos aterros é capaz de impermeabilizar o solo, o que dificulta o escoamento da água. O ideal, então, é reciclar.

Entre os diversos produtos da reciclagem do óleo de cozinha estão: massa de vidro, ração para cachorros, sabão em barra e biodiesel. Desses, os dois últimos são os mais comuns. O sabão em barra porque pode ser feito em casa, e o biodiesel porque é uma forma de produzir energia utilizando um resíduo que antes era descartado, o que leva à economia de álcool e petróleo.

A rede mineira de pastelarias Fujiyama adotou, há cerca de cinco anos, um sistema de reciclagem do óleo utilizado. “Uma empresa recolhe todo o óleo que já foi utilizado para o consumo e leva para reciclagem, transformando-o ou em sabão ou em biocombustível”, diz o diretor geral da rede de pastelarias, Paulo Nonaka. A frequência do recolhimento varia: “quando os galões de 50 litros estão cheios, o que leva cerca de uma semana para acontecer, a empresa responsável recolhe o óleo”, conta Nonaka.

Embora existam iniciativas para reciclagem do óleo de cozinha, elas são incipientes. “Falta uma lei e faltam investimentos em educação ambiental para que as pessoas saibam da importância de não descartar o óleo na pia da cozinha”, lembra Marcelo Viana. Há na Assembléia Legislativa de Minas Gerais um projeto de lei que institui a Política Estadual de Apoio à Coleta e ao Reaproveitamento de Óleos Vegetais no Estado. O projeto propõe que se mantenha uma política de incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e técnicas voltadas para o reaproveitamento desse resíduo, assim como a criação de parcerias para coleta e reciclagem dos óleos vegetais e uma melhora na educação ambiental. ♦



FOTO: FILIPE ALONSO

## Degradação do óleo

“Quando o óleo é utilizado nas frituras, ele está em contato com altas temperaturas, ar e umidade, e vai sofrer uma alteração na estrutura química”, explica a doutora do Instituto Nacional de Controle de Qualidade e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Eliana Machado. Essa alteração gera resíduos de degradação do óleo, e há um teor máximo desses resíduos que o óleo pode conter para continuar sendo utilizado. “Em países europeus, o limite chega a 25%, mas no Brasil ainda não há uma legislação específica”, completa Eliana.

# Sobre o rio derramado

PLANEJAMENTO URBANO E SISTEMA DE ALERTA  
PODEM REDUZIR OS PREJUÍZOS DAS ENCHENTES

FOTO: CAROLINA SILVEIRA



Antecipar-se às enchentes pode ser decisivo para minimizar e até evitar os danos que elas causam

TAÍS AHOUGI  
Estudante de Comunicação Social da UFMG

**A** chuva vem, o rio sobe e transborda, inunda a várzea. Também alaga residências, interdita avenidas, causa deslizamentos, pára o comércio, deixa pessoas desabrigadas. Informação é palavra estratégica na lida com as enchentes. Mais ainda se for aplicada em um sistema interligado de troca de dados combinado à tomada de decisão. O intercâmbio de informações entre os diversos usuários de uma bacia hidrográfica e entre as entidades envolvidas na gestão das enchentes salva vidas e patrimônios.

É o caso das bacias dos rios Doce e Sapucaí, que desde 2002 contam com um sistema de alerta de enchentes. Ao longo da bacia do Doce, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) possui 8 estações meteorológicas, 6 estações pluviométricas e 23 estações de medição do nível da água. Por meio delas, monitora os rios e alerta as prefeituras e as defesas civis quando há risco de enchente. Além do próprio monitoramento,

o Igam leva em conta para fazer as análises os dados disponibilizados pela Cemig e pela Agência Nacional de Águas.

“Às vezes, uma chuva que ocorre na parte alta da bacia pode causar um transtorno lá na parte baixa”, explica o meteorologista do Igam, Dayan Diniz, sobre a importância de um tratamento complexo das informações. Não basta saber quanta água chega pela chuva, mas também sua duração, a velocidade de escoamento do volume de água pelo rio, o nível de saturação da bacia (leia o verbete), além das barragens, canalizações e eventos climáticos que ocorram à jusante e à montante de cada ponto monitorado.

Sérgio José Bezerra, do departamento de minimização de desastres da Defesa Civil Nacional, explica: “esse estudo é fundamental para o nosso trabalho, que mapeia os riscos de desastre e toma as medidas preventivas e preparativas antes dele acontecer”. Para

dar certo, as prefeituras também precisam fazer sua parte. “Só o que o município precisa providenciar é um computador com internet para acessar nosso site, um fax para envio dos boletins, um funcionário que o Igam capacita para interpretar as informações e um telefone dedicado 24 horas para o alerta”, explica Dayan. A partir desse alerta, a Defesa Civil do município se organiza para passar as informações à população e retirá-la das áreas de risco com antecedência.

Sérgio lembra que a responsabilidade pela implantação de uma Defesa Civil é municipal. Mas segundo ele, “como raramente acontecem desastres no seu município, ainda há prefeitos que acreditam que não precisam de Defesa Civil. E, se precisarem, pedem um apoio do governo federal ou estadual”. A prefeitura tem que arcar com prejuízos de maior proporção do que se teria gasto com a prevenção. Além disso, quando decreta calamidade pública, ainda pode gastar os recursos sem concorrência pública, já que opera em situação emergencial.

### FLUXO CONSTANTE

As usinas hidrelétricas alteram o regime de águas dos rios e seu gerenciamento pode significar solução ou agravamento das enchentes. O Superintendente de Operação e Contratos de Transmissão de Energia da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, João Henrique Franklin, explica que o manejo das vazões de água reduz as variações de nível dos rios entre as estações seca e chuvosa. Durante o período úmido, nem toda água que chega é repassada adiante, justamente para evitar inundações. A água acumulada durante o período úmido gradativamente vai sendo consumida durante a estiagem na geração de energia e em outros usos, como a navegação.

As empresas de hidroeletricidade também têm papel importante no trabalho de alerta. A abertura de suas comportas incide diretamente sobre as comunidades ribeirinhas à jusante, para onde a cheia corre. “No início, o trabalho era reativo, esperava o período chuvoso para começar a agir e passar as informações para a comunidade. Mas a partir [das enchentes] de 1997, a gente viu que chegou num gargalo e bolou a estratégia de, em vez de correr atrás, correr na frente”, conta o geógrafo da Cemig, Alexander Gonçalves. A idéia agora é trabalhar regularmente com as comunidades, de modo que as defesas civis possam se preparar com antecedência para quando vierem as enchentes.

### EM ÁGUAS SEGURAS

O professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Carlos Eduardo Tucci, afirma que mais do que o alerta, é importante pensar em um sistema de gestão de inundações. Levando em conta particularidades de cada bacia, como a ocupação do solo, sua permeabilidade e a existência ou não de córregos canalizados, pode-se tratar cada local de forma ampla. “Passa-se a atuar sobre as causas e a planejar soluções de curto e de longo prazo”, resume ele.

Todo rio possui três calhas, ou três áreas alagáveis: a principal, a várzea (inundada anualmente) e o plano de inundação ocasional (com periodicidade maior). Teoricamente, em nenhuma delas deveriam ser feitas construções, tanto pela segurança da população, quanto para a variação natural de nível dos rios. Teoricamente.

“Em algumas cidades em que a frequência de inundação é alta, as áreas de risco são ocupadas por habitações precárias, porque se trata de espaço urbano pertencente ao poder público ou desprezado pelo poder privado”, constata Tucci em publicação para a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, intitulada *Gestão da água no Brasil*. Ele mostra que, após a ocupação, cria-se um problema social e a população passa a pressionar o poder público pela tomada de medidas estruturais, como a construção de diques, barragens e canalizações. Além de muito caras, elas podem até agravar o problema. Sérgio Bezerra, da Defesa Civil, lembra que mais importante do que as obras é o conhecimento. Para ele, as obras de contenção de encostas, por exemplo, não seriam necessárias se a ocupação não tivesse acontecido, de forma inadequada.

Carlos Tucci explica que o ideal é que se fizesse um diagnóstico e um zoneamento de inundação para restringir o uso nas áreas mais vulneráveis e, aliado à previsão das enchentes, minimizarem-se os impactos. Essas restrições deveriam constar nos planos diretores dos municípios e das bacias hidrográficas, mas não é o que ocorre. No Plano Diretor do rio São Francisco, por exemplo, não há especificações explícitas para um trabalho de gestão das cheias. No Plano Diretor do Rio das Velhas, o que há é a previsão de um sistema de alerta, que já foi elaborado pelo Igam, mas ainda espera aprovação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. No Velhas, há um aparelho para o controle do nível das águas, instalado no município de Rio Acima em dezembro de 2007. Porém, ele ainda não faz parte de um sistema integrado de monitoramento. ●

### Verbetes

#### *Saturação da bacia?*

*Não basta saber quanta chuva cai. Para a previsão de inundações, conta também o grau de saturação da bacia hidrográfica. Ele é indicado pelo tempo que leva para o rio baixar de nível, que depende da infiltração de água no solo e da evaporação.*

# Quebra-Cabeça

PROCURANDO ENCAIXAR AS PEÇAS NOS LUGARES CERTOS, A CRIAÇÃO DE MOSAICOS É UMA ALTERNATIVA DE PRESERVAÇÃO.

GABRIELLA HAUBER E JULIANA AFONSO  
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

**E**spinhaço Meridional. Região de grande riqueza hídrica e biológica. Resultado, entre outros fatores, de sua extensão (910.000 hectares = 9.100 km<sup>2</sup>, quase 28 cidades de Belo Horizonte) e diferentes altitudes. Doze Unidades de Conservação (UCs), áreas protegidas por lei que visam conservar a biodiversidade existente. “Alguns estudos já têm demonstrado que, hoje, o conjunto de Unidades de Conservação presentes ao longo da cadeia do Espinhaço é insuficiente para garantir a proteção adequada dessa riqueza”, explica o biólogo do Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre, Joaquim de Araújo Silva, o Quincas.

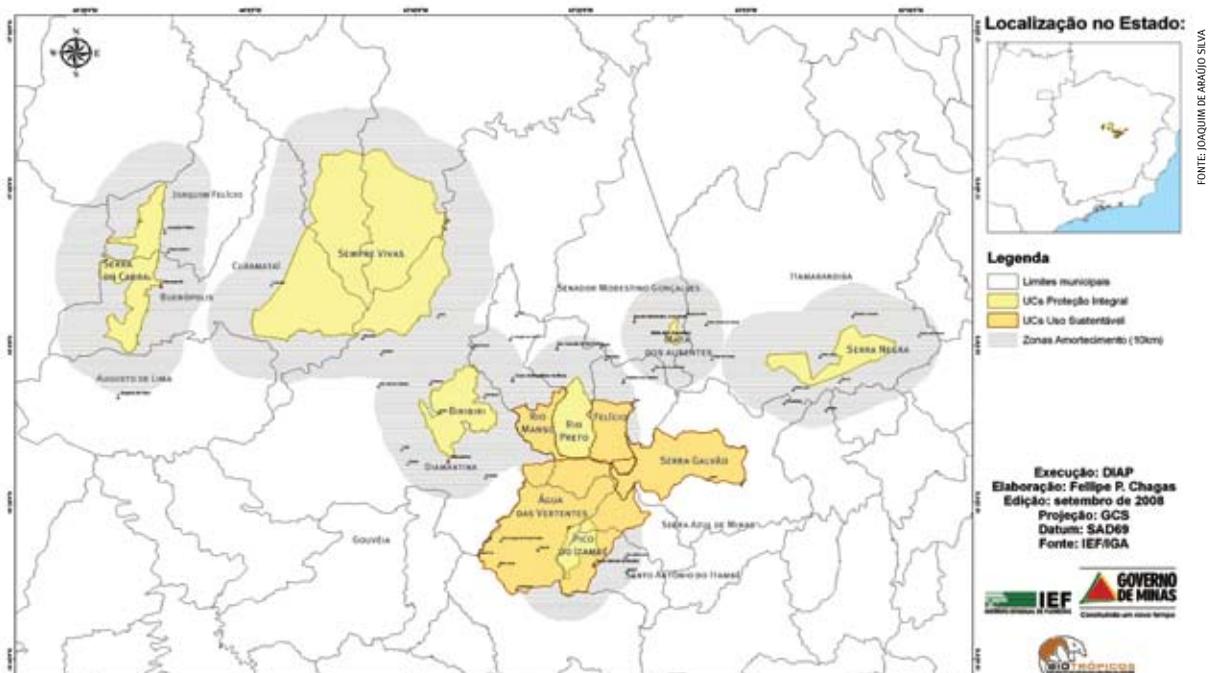
No ano passado, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Instituto Biotrópicos apresentaram idéias semelhantes: conectar áreas de conservação através de corredores ecológicos, isto é, criar um mosaico. A partir daí, foram realizadas reuniões com representantes dos parques, de lideranças da comunidade e de empresas

privadas. A maioria das empresas que atuam na região, porém, não manifestou interesse em participar. “Dentre os atores do setor privado da região, eu não saberia precisar número, não houve resposta efetiva de todos eles”, afirma Quincas.

A criação de mosaicos está prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuv), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Em Minas Gerais, já foram criados outros dois: o mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, em 2005 e o mosaico da Serra da Mantiqueira, em 2006.

O fato de a Serra do Espinhaço ter recebido, em 2005, da Organização das Nações Unidas, o título simbólico de “Reserva da Biosfera” também influenciou na criação do mosaico. Segundo o geólogo, biólogo e professor adjunto do Instituto de Geociências da UFMG, Bernardo Gontijo, o título não significa nada na prática, mas dá visibilidade à região e chama a atenção para a sua impor-

## Projeto Mosaico Espinhaço Meridional - Localização



tância ambiental, favorecendo ações de preservação. “No Espinhaço, quando você fala de proteção da biodiversidade não é só espécies, são biomas inteiros, vestígios de heranças culturais, principalmente em sítio arqueológico”, afirma ele. Outro aspecto positivo é a gestão integrada. Ela permite uma força política maior às Unidades e possibilita a resolução de problemas de forma conjunta.

## REGRAS DO JOGO

Na prática, Unidades de Conservação têm funcionado. “Mas, às vezes, não no ritmo que a gente desejaria que fosse e nem no número que a gente gostaria que existisse”, afirma Bernardo Gontijo. Ele explica que uma Unidade de Conservação pode ser criada no âmbito municipal, estadual ou federal, e a essas mesmas instâncias compete a gestão da área. Se for municipal, é de responsabilidade da prefeitura, se estadual, do IEF e se federal, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Porém, “ainda há várias deficiências na gestão. A fiscalização muitas vezes é insuficiente”, afirma, Quincas.

Se as complicações em uma UC são grandes, em um mosaico não poderia ser diferente. Para criá-lo, é necessário enviar uma proposta ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para ser aprovada. A proposta inclui um plano de ação no qual se define metas, responsáveis e potenciais parceiros. O mosaico deve criar também um Conselho paritário (composto por representantes do poder público e da sociedade civil) e ter a participação de todos os gerentes das UCs. Muitas vezes a gestão é uma queda de braço. Nem sempre os interesses das empresas, população e poder público são iguais.

## ENCAIXANDO AS PEÇAS

A criação de um mosaico traz mudanças para a população local. A gerente de proteção da biodiversidade do IEF (escritório do Alto Jequitinhonha), Cecília Vilhena, explica que existem pessoas, e até comunidades inteiras, vivendo entre uma Unidade de Conservação e outra. Como essas áreas não são para preservação, os próprios criadores do mosaico devem estabelecer rotas alternativas ou utilizar as reservas legais para criar os corredores ecológicos. Reservas Legais são áreas localizadas no interior de uma propriedade para preservação de mata nativa. “É uma coisa que a lei já prevê e poucas propriedades possuem”, lembra Cecília.

A situação é diferente quando as pessoas vivem dentro da área protegida. Se existir algum morador em uma área de proteção integral, ele deve ser desapropriado. A analista ambiental do ICMBio, Kelen Luciana Leite, explica que, no caso de posseiros, paga-se o valor das benfeitorias que ele fez no local, já que a terra não lhe pertence. Se a pessoa for dona da área, além das benfeitorias, paga-se também o valor da terra. O



FOTO: ARQUIVO ANDRÉ CAMPOS

sistema de indenização, porém, é controverso. Bernardo Gontijo lembra que muitas pessoas são desapropriadas por um preço injusto.

## A PEÇA QUE FALTAVA

Por pouco o Parque Estadual da Serra do Cabral, nos municípios de Buenópolis e Joaquim Felício, Minas Gerais, não ficou de fora do mosaico do Espinhaço. Por estar distante da região dos idealizadores do projeto, que atuam no Alto Jequitinhonha, ele só foi incorporado depois. E logo se percebeu a importância do Parque: riquezas naturais e históricas e espécies endêmicas.

Mesmo relevante, a área só foi considerada Unidade de Conservação há pouco tempo, em 2005. E sua criação deu pano para manga. O Snuc determina que, para criar qualquer tipo de UC é preciso fazer uma consulta pública, o que gerou divergências entre os municípios.

Outra falha na criação da UC é a área do Parque. Segundo o gerente do parque Estadual da Serra do Cabral, André Campos, a delimitação do território, realizada pelo IEF, deixou de fora regiões relevantes, e outras, de pouco interesse, foram incluídas. A (in)definição da área também atrasa a criação de um plano de manejo, instrumento que orienta todo o gerenciamento dos parques e define áreas onde a proteção é integral ou de uso sustentável.

Ser uma Unidade de Conservação não impede ações ilegais dentro do Parque. As queimadas, causadas principalmente pela criação de gado, são o maior problema da Serra do Cabral. Há outros problemas relacionados um pouco com a caça e com a retirada de minério, especialmente quartzo. O Parque é a única UC da bacia do Rio das Velhas que está no mosaico. “O rio vive de seus afluentes e nascentes, e se todos estiverem com qualidade, isso vai resultar em ações positivas para o Velhas”, lembra André. ●

Queimada é problema constante na Serra do Cabral. Ela é resultado, além de aspectos naturais, de outras atividades ilegais, como a criação de gado e a caça de mocó, pequeno roedor típico da região.

# Ganham-se anéis, perdem-se dedos

ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS INVESTEM NA  
PROFISSIONALIZAÇÃO, MAS PODEM PERDER SUA MOTIVAÇÃO IDEOLÓGICA

STÉPHANIE BOLLMANN  
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Foi-se o tempo em que as organizações sem fins lucrativos prestavam apenas pequenos serviços às comunidades próximas e eram movidas exclusivamente pelo trabalho voluntário. No diagnóstico realizado em 2006 pelo Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor de Minas Gerais (Caots) foi constatado que, em Belo Horizonte, as organizações sem fins lucrativos geram 35 mil empregos com carteira assinada. Em 2005, movimentaram 3,5 bilhões de reais. Além disso, algumas áreas são altamente dependentes do terceiro setor. Na de saúde, essas organizações mantêm hospitais tradicionais e são responsáveis por 70% das internações hospitalares da cidade. Os números são expressivos. Como essas organizações podem ter crescido e se modificado em um ritmo tão acelerado?

O professor do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP), Mário Aquino, acredita que a expansão da área de atuação das ONGs (organizações não governamentais) se deve, “por um lado, à demanda por serviços sociais cada vez mais crescente e, por outro, à mudança na orientação do próprio Estado, no sentido de terceirização dos seus objetivos”. A professora da Universidade Federal de Pernambuco e coordenadora do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional, Cristina Amélia, possui uma opinião parecida: “elas estão com objetivos de subsidiar o Estado nas atividades que ele não desenvolve”. E para dar conta dessas novas atividades, as organizações sem fins lucrativos precisam se profissionalizar.

Contratar profissionais especializados em gerir e administrar as ações empreendidas por essas organizações. Basicamente, a profissionalização envolve a substituição de parte do trabalho que antes era voluntário pelo de trabalhadores remunerados. Planejamento, estratégia, transparência. Conceitos que vieram com a

profissionalização e que trouxeram maior legitimidade às organizações.

Com a explosão no número de ONGs, elas precisaram concorrer por recursos e lutar por maior visibilidade. A profissionalização vai oferecer vantagens nessa competição. Segundo a pesquisadora do Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (Ceats) da Universidade de São Paulo, Monica Bose, as organizações passam a ser “cobradas pela forma como aplicam recursos e pelos resultados que obtêm com as atividades realizadas”. E ela completa dizendo que: “para dar conta desse tipo de pressão, as organizações sem fins lucrativos viram-se obrigadas a buscar patamares mais elevados de eficiência e qualidade, o que tem ocorrido por via da profissionalização”.

## DUAS VIAS

De fato, esses profissionais são capazes de aumentar a eficiência das organizações. Principalmente as que dependem da captação de recursos públicos e investimentos do setor privado, ter um planejamento de gestão é essencial. “O Estado está sempre oferecendo editais complicadíssimos, obriga todo mundo a contratar advogados, contadores, economistas, não é fácil”, afirma a pesquisadora Cristina Amélia. Mesmo quando o investimento é privado, as empresas querem ter certeza que estão investindo em uma organização confiável e eficiente, que vai se utilizar das verbas de forma responsável. Por isso, a preocupação com a transparência, com o planejamento, de forma que a contratação de profissionais especializados tornou-se indispensável.

Essa busca contínua por verbas pode soar estranho no universo das “organizações sem fins lucrativos”. Entretanto, apesar da denominação, o coordenador do Caots, Tomaz de Aquino, explica que as ONGs podem, sim, ter lucro, mas não podem repartir-lo entre seus associados. Ou seja, todo o lucro obtido pela organização deve

ser reinvestido nela mesma. O Hospital Felício Roxo e a PUC (Pontifícia Universidade Católica), são bons exemplos de organizações que vendem seus serviços, mas são consideradas sem fins lucrativos, justamente porque todo dinheiro arrecadado permanece na instituição.

Ainda que a profissionalização traga uma série de melhorias na busca por maior eficiência e competência técnica, as organizações sem fins lucrativos acabam perdendo um pouco de sua essência. Para Cristina Amélia, muito do tempo que antes era gasto para se discutir as questões políticas e a parte humanística dos objetivos agora é utilizado para se pensar em como obter verbas, ser transparente, ter um modelo de gestão eficiente. Para Mário Aquino, “a questão de valores, de ideologia, passa a entrar em um plano mais reduzido”. Mesmo assim, acredita-se que seja possível encontrar um balanço entre a prática da profissionalização e o debate de idéias

proposto pelas organizações. Monica Bose afirma que “a profissionalização não deve modificar a essência da organização” e que, “quando a organização consegue equilibrar esses fatores, não há perda de identidade e sua atuação é modificada para melhor. Ou seja, ela tem melhores resultados”.

Um aspecto importante a se ressaltar é que, hoje, estão sendo formados profissionais especialmente para atuar no terceiro setor. Ou seja, a profissionalização não envolve apenas a implantação de modelos utilizados pelo setor privado, envolve uma adaptação dessas práticas para o domínio do terceiro setor. Também é interessante perceber que os centros de estudos do terceiro setor e os cursos superiores não estão sendo criados em áreas da Sociologia ou da Política, por exemplo, como poderia se esperar. Mário Aquino afirma que: “o terceiro setor é, cada vez mais, um assunto relacionado às áreas de administração”.

## Na terceira idade

As organizações sem fins lucrativos existem, no Brasil, desde o período colonial. Ainda que essa denominação não existisse, a idéia de dar assistência à sociedade é antiga e era influenciada, principalmente, por valores religiosos. Segundo Monica Bose, é somente “no final do século XIX e início do século XX que surgem as organizações laicas, associações e sindicatos de trabalhadores, voltadas para a defesa de interesses coletivos e direitos trabalhistas”.

Já na década de 1970, surgem as primeiras organizações que se intitulavam como ONGs. Em um contexto de regime militar, a maioria lutava pela defesa dos direitos civis. Eram “organizações ligadas à oposição, ao movimento religioso, de esquerda, e que tinham a idéia de trabalhar junto aos movimentos populares, de uma maneira mais incisiva”, afirma Mário Aquino. Ainda existem ONGs com esse perfil ideológico de luta pelos direitos dos cidadãos, mas elas não são mais maioria. Durante a década de 1990, houve um grande aumento no número de ONGs e elas se espalharam pelas mais diversas áreas: meio ambiente, saúde, educação, cidadania. Segundo Mário, “as que vêm ganhando mais visibilidade são aquelas que vão trabalhar com a prestação de serviços de uma forma mais acentuada, menos ideologizadas”. ♦



ILUSTRAÇÃO: SÉRGIO SALERIO

O ASSUNTO É



# Só crescimento econômico?

FILIPE MOTTA E SÂMIA BECHELANE  
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Pela janela do gabinete, o prefeito aponta para a serra. “O horizonte que você vê aqui da sede não vai modificar em nada. Isso ficou decidido logo de início. E vai ser assim”, afirma convicto o prefeito Sebastião Soares dos Santos, que administra a pequena Conceição do Mato Dentro, na região central de Minas Gerais.

Com cerca de 18 mil habitantes, ela está encravada na Serra do Espinhaço e pertence à bacia do Rio Doce. Junto aos vizinhos Serro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, o município abrigará um mega empreendimento da mineradora Anglo American, o projeto Minas-Rio. Ele abrange a implantação de uma mina para extração de minério de ferro e um mineroduto de 525 km para transporte até o porto de Açú, em São João da Barra (RJ), passando por 32 cidades. Tudo com o investimento de três bilhões de dólares.

Além da estimativa de geração de 7000 empregos e, em dez anos, de uma arrecadação de 80 milhões de reais para o município de Conceição, que abriga a sede do projeto, empreendimentos como o Minas-Rio trazem uma série de expectativas e preocupações. Do buraco que a mina vai deixar na paisagem da Serra a um crescimento desordenado do município.

Em Sete Lagoas, a AmBev (Companhia de Bebidas das Américas) planeja instalar o que será sua segunda maior fábrica no país, que deve empregar 400 pessoas. Para tanto, adquiriu um terreno às margens da MG-238, ao lado da Fábrica da Ivecó, localizado sobre a área do lençol freático dos únicos afluentes limpos do poluído ribeirão Jequitibá. Para produção de 24 milhões de litros de cerveja por mês, a empresa precisará de 96 milhões de litros de água, vindos de quatro poços artesianos a serem perfurados no local. O processo de outorga (permissão) de uso da água se encontra em análise no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. É bom lembrar que enquanto a fábrica utilizará águas subterrâneas, a prefeitura pretende captar água do Rio das Velhas, na cidade vizinha Funilândia, alegando que o tradicional abastecimento por poços não é suficiente para atender o município.

## INTERESSES DE QUEM?

A decisão para que empreendimentos como esses possam se instalar passa pelo processo de licenciamento

## INSTALAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS TRAZ EXPECTATIVAS E PREOCUPAÇÕES PARA OS MUNICÍPIOS

to (ver box). No entanto, para a coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta) da UFMG, professora Andréa Zhouri, há uma inversão de valores no processo de licenciamento ambiental. Ela diz que o ponto de partida adotado pelo modelo de licenciamento vigente é o próprio empreendimento e não o local e a comunidade que o recebem. “É o problema da adequação ambiental. Você adequa sociedade e meio ambiente ao projeto técnico”, afirma. O coordenador do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental da Universidade Federal de São João del Rey (UFSJ), professor Éder Carneiro, tem um pensamento semelhante. Ele pontua que “os projetos chegam ao licenciamento quando já estão em processo de estudo avançado e as grandes corporações já investiram recursos. Nunca se coloca em causa o próprio projeto e sua viabilidade”.

Os municípios acabam por travar verdadeiras disputas entre si na tentativa de atrair empreendimentos. É inegável que uma intervenção de grande porte traz às cidades aumento na arrecadação tributária e empregos. Isso se torna ainda mais visível quando a situação econômica do município é frágil. “Fazem de tudo para que esses investimentos venham se instalar em seus territórios, mesmo que eles tragam graves problemas sociais e ambientais”, argumenta Éder.

## CHEGA PARA FICAR

Além da questão do lençol no subsolo, o terreno escolhido para a fábrica da AmBev impôs um problema: 410 pequiizeiros, espécie que era protegida pela legislação estadual e não poderia ser cortada. Não poderia, porque, sob pressão de segmentos da sociedade de Sete Lagoas, a legislação foi alterada em julho pela Assembleia Legislativa. Com a mudança, o pequiizeiro pode ir ao chão, desde que para ceder lugar a um projeto de “relevância social” e, que para cada árvore cortada, outras 25 sejam plantadas.

Em um mapeamento e análise de 482 conflitos ambientais no estado do Rio de Janeiro, Éder observou uma constante. Na maioria dos casos forma-se uma aliança entre as elites locais, o prefeito e sua bancada na câmara para que o empreendimento se instale. “A especulação imobiliária, pequenos comerciantes, empreiteiras e políticos se fecham em torno do empreendimento. Mui-

tas vezes, dada a situação de desemprego, com o apoio das classes populares”, ressalta.

No caso da AmBev, a secretária de Indústria e Comércio de Sete Lagoas, Mônica Vasconcelos, explica que “no primeiro momento não se faz exigência nenhuma para uma empresa. Num país igual ao nosso ela tem liberdade de ir e vir para onde entender”. Sobre o jogo de forças que envolve a implantação da mina da Anglo American, o prefeito de Conceição do Mato Dentro, Sebastião Alves, lamenta: “se é uma coisa de interesse do governo federal e do estadual, como o município vai combater isso?”.

### NA ESPERA

Segundo o professor de pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (USP), Pedro Jacobi, a postura assumida pela administração municipal é importante no gerenciamento das expectativas da população quanto ao empreendimento. Em projetos de mineração, por exemplo, a empresa leva cerca de sete anos para iniciar as atividades, precedidas por pesquisa no território – tempo suficiente para estimular as mais diversas reações por parte dos moradores. Um pouco disso pode ser observado com o Projeto Apolo, que a Vale está implantando entre os municípios de Caeté – na região metropolitana de Belo Horizonte – e Santa Bárbara, um dos vértices do Quadrilátero Ferrífero.

O membro do Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté (Macaca), Ademir Martins Bento, critica que, devido à situação econômica do município, a população se mostra receptiva ao empreendimento, ainda que ele possa trazer problemas ambientais – principalmente com relação à água. Parte da área da mina se encontra dentro da Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul), criada para preservar nascentes estratégicas para o abastecimento da capital.

Pedro Jacobi diz que é necessário que o poder público promova o diálogo entre empreendedores e a população e condena quando isso não acontece. O contato deve ir além das tradicionais audiências públicas, que a empresa é obrigada a realizar nos locais onde intervém. “Ele [o empreendedor] tem que se ajustar a certas regras,

definidas pela própria gestão municipal, que deve ter vínculos com as associações comunitárias”, avalia.

Uma vez concedida a licença prévia (LP), é pouco provável que os empreendimentos não vinguem. Durante a reunião de setembro da APA Sul, o conselheiro Mario Werneck lembrou: “se a LP passar, vai embora”. Quando as licenças de instalação e de operação são concedidas, o diálogo com a comunidade tende a se reduzir.

### UMA QUESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A possibilidade de emprego, por vezes, é a grande esperança da população com a chegada desses empreendimentos. No entanto, há casos em que essa expectativa se converte em conflito. Seja pela falta de qualificação dos moradores do município, seja pela grande necessidade de mão-de-obra, os empreendimentos podem atrair e estimular a chegada de trabalhadores de outras regiões para a cidade.

O mineroduto e o porto do projeto Minas-Rio já foram aprovados. Porém ainda não têm o que transportar – o processo da mina ainda encontra-se sob análise. “Estão prevendo um aumento muito grande de trabalhadores, diretos e indiretos. A cidade não tem como abrigar essa quantidade de famílias. Se vem o marido, vêm a esposa e os filhos”, destaca o prefeito de Conceição do Mato Dentro.

A professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Pará e autora do livro *Mineração: maldição ou dádiva?*, Maria Amélia Silva, alerta sobre os limites da infra-estrutura municipal. Segundo ela, “há uma pressão enorme por serviços de saúde, educação, segurança, habitação e lazer. Muitas vezes o município não tem um suporte para dar conta disso”.

Os conflitos não acabam nos limites territoriais do município. A pressão se expande sobre os municípios vizinhos que, no entanto, não recebem a arrecadação que a atividade traz ao município que sedia o empreendimento. Pedro Jacobi acredita que a solução para o impasse passaria pelo consorciamento de ações entre os municípios envolvidos, por meio da iniciativa do município que vai receber o empreendimento. “Cabe a ele chamar para conversar. No entanto, isso acontece pouco porque

sempre as diferenças políticas acabam sendo divisoras de água”, avalia.

### ENTRE O MILAGRE E O DESASTRE

A chegada de grandes empreendimentos aos municípios contribui com o aumento de suas receitas e, conseqüentemente, do Produto Interno Bruto (PIB) municipal – que é a soma de toda a riqueza gerada no município. Mas isso pouco adianta se tais recursos forem mal gerenciados. Segundo estudos de Maria Amélia, da UFPA, sobre municípios mineradores, é preciso que os municípios elaborem um planejamento não só para controle dos investimentos enquanto o empreendimento está em operação, mas também para quando as atividades minerárias se exaurirem.

Além disso, é questionável até que ponto o aumento da arrecadação municipal se constitui em um ganho de fato. Em seu livro *O mito do desenvolvimento*, escrito na década de 1970, o economista Celso Furtado já colocava em xeque o modelo tradicional de crescimento. Para ele, os custos sociais e ambientais da atividade econômica não são levados em conta por indicadores econômicos, como o PIB.

No caso da mineração, por exemplo, a devastação provocada pela atividade representaria uma grande perda, não suficientemente compensada pelos tributos arrecadados. Para o economista e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, de Recife, Clóvis Cavalcanti, normalmente só os benefícios econômicos são apontados. “Quando você considera os custos e dá um valor a eles, pode ser que os benefícios fiquem abaixo dos custos”, explica.

Na tentativa de compensar, ou ao menos mitigar os custos sócio-ambientais que podem trazer aos municípios, muitas empresas desenvolvem ações embasadas na chamada responsabilidade social. “A sociedade tem que ser ouvida para que o que venha a ser essa responsabilidade social não leve em conta apenas a visão enviesada ou paternalista da empresa”, alerta o professor Pedro Jacobi, da USP. No entanto, são muito tênues os limites entre ações que dão algum tipo de retorno à sociedade envolvida e aquelas que, antes disso, beneficiam a própria empresa.

A Anglo American, a AmBev e a Vale foram procuradas por esta reportagem, mas não quiseram se pronunciar.

# A colossal mina na Gandarela

A Serra do Gandarela fica entre os municípios de Rio Acima, Santa Bárbara e Caeté. Segundo o Atlas da Biodiversidade, da Fundação Biodiversitas, é uma região de mata nativa e fauna ameaçada no mais alto grau. Sem contar as cangas, uma formação geológica particular da região, a Serra é também rica em cavernas. E no minério que interessa à Vale. Só na cava norte, que a empresa chama de mina “experimental”, pretende-se retirar um milhão de toneladas por ano. Se aprovado, o Projeto Apolo, que é mais amplo, terá dimensões semelhantes à Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG).

Em Caeté, um trecho, o “experimental”, já tem a licença prévia (LP). Alguns membros do Conselho da Apa Sul foram pegos de surpresa quando dessa declaração pela Vale. A ONG Macaca, de Caeté, a Associação de Moradores do povoado de André do Mato Dentro, de Santa Bárbara, e o Conselho de Defesa do Meio Ambiente (Codema) de Rio Acima questionam os impactos ambientais da obra.

O trecho da Serra do Espinhaço que a Gandarela abrange é divisor das bacias dos rios

Piracicaba (afluente do Doce), Velhas e Paroipeba (do São Francisco). “A gente está tentando defender a água não só para o [povoado do] André, mas algo que atinge toda grande Belo Horizonte e também traz qualidade para o rio Piracicaba”, diz o agricultor familiar Júlio César Gomes, de André do Mato Dentro.

O representante do Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Rio Acima, Raul Herman, reclama do fato do empreendimento ficar próximo à área urbana da cidade. Um agravante, que também foi questionado por alguns conselheiros da APA, é a divisão do processo de licenciamento em partes, como se ele se referisse a projetos diferentes. “Qualquer decisão é prematura sem pensar o projeto como um todo”, continua Raul. Ainda sem possuir a documentação necessária, o Conselho da APA Sul, que foi criada em 1994, não tem o poder para decidir sobre empreendimentos, o que cabe ao Copam. Hoje, a ele só cabe se manifestar sobre os empreendimentos que pretendam se instalar na sua área de abrangência. ♦

## Licenciamento

Quando uma empresa pretende atuar em algum município, seja por meio da construção de uma fábrica, exploração de minérios ou captação de água, por exemplo, ela necessita encaminhar o processo de licenciamento ambiental aos órgãos responsáveis. Em Minas, o pedido deve passar pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Semad) por meio das Superintendências Regionais de Meio Ambiente (Supram's), responsáveis pelo parecer técnico da intervenção e por determinar condicionantes que, em princípio, minimizariam os impactos.



# Para fazer a diferença

A IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM PROL DA META 2010



ILUSTRAÇÃO: STÉPHANIE BOAVENTURA

VANESSA COSTA  
Jornalista

Para “navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas”, proposta da Meta 2010, intervenções técnicas como tratar o esgoto ou revitalizar fundos de vales não são suficientes. A mobilização social é imprescindível. Pensando nisso, o “Premiando a Educação” deste ano vai premiar ações socioambientais em prol da Meta 2010. Promovido pelo Projeto Manuelzão em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEE), o concurso prevê a participação de escolas e comunidades. Podem concorrer trabalhos de 2007 e de 2008 que já foram concluídos ou que estão em realização. Valem projetos de preservação de nascentes e cursos d’água, reciclagem e diminuição do lixo produzido, atividades de horta. Só não valem trabalhos conceituais que ainda não tenham sido aplicados na prática. “A comunidade e as escolas podem contribuir para a Meta 2010 com a questão da mudança de comportamento mesmo. Uma atitude simples na sua casa faz a diferença”, explica a pedagoga e administradora do convênio entre SEE e Projeto Manuelzão, Lísia Godinho.

## SIMPLES E COMPLICADO

Além do “Premiando a Educação”, também em parceria com a SEE, o Projeto Manuelzão desenvolve um curso semestral de educação ambiental, voltado para a capacitação de professores; um curso mensal de biomonitoramento; e visitas orientadas às bacias do Onça e do Arrudas, também mensais. Essas ações, incluindo o concurso, já eram trabalhadas pelo Projeto, e passaram a ser focadas na Meta 2010.

O pesquisador Rennan Mafra, um dos autores do livro Comunicação e estratégias de mobilização social e doutorando em Comunicação Social na UFMG, observa que a mudança no enfoque pode ser vista como opção estratégica para atingir os objetivos propostos. Todavia, é importante entender que “a Meta 2010 é um pretexto para a recuperação da bacia, porque se deixar de ser um pretexto e passar a ser a causa, depois de 2010, quando for atingida, morre. A meta acaba, a causa é que permanece”, avalia o pesquisador.

Lísia também lembra que, no âmbito das escolas, ainda é muito comum que não se trabalhe o meio ambiente de forma coletiva. Para a pedagoga, é responsabilidade de cada diretor de escola estipular um projeto político pedagógico que insira a questão ambiental na educação. “O universo das escolas é trabalhado por uma sala, por um professor. Mas ele não tem força para levar adiante, porque não faz parte da gestão da escola”, relata. De acordo com a Gerente de Projeto de Educação Ambiental da SEE, Inês Tourino, quando se propõe que as escolas discutam educação ambiental ou qualquer outro tema que não esteja dentro dos conteúdos curriculares, muitas alegam falta de tempo. Ela conta que “dependendo do professor, ele vai trabalhar só com conteúdo, porque acostumou”.

Em 21 de agosto, o Manuelzão, a SEE e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) promoveram um evento voltado para analistas de educação das Superintendências Regio-

nais de Ensino e diretores de escolas com o objetivo de discutir como a educação ambiental pode ser trabalhada. Uma fala comum foi que a SEE é parceira de vários projetos, mas não tem um próprio. Inês justifica que, dada a sua complexidade, “o tema requer vários olhares”. Como resultado do encontro está em elaboração um documento com sugestões a serem encaminhadas à SEE.

De acordo com Myriam Mousinho, gerente do Projeto Estruturador Meta 2010 na Semad, a revitalização do rio, por ser um projeto estruturador do governo do estado, recebe atenção e verba diferenciadas. Além de supervisionar intervenções técnicas, a Semad desenvolve trabalhos de troca de informações sobre preservação ambiental com os produtores rurais e, na medida em que grandes intervenções são concluídas, organiza seminários e outros eventos ambientais. “A Meta 2010 só vai ser conseguida com o envolvimento de todo mundo. O papel da comunidade não é só reclamar o que está faltando, é fazer sua parte também”, defende Myriam.

#### AValiação e Sobrevivência

Ainda não se conhece o desdobramento dessas ações em prol da Meta 2010. No que diz respeito às

desenvolvidas pelo Manuelzão em parceria com a SEE, “precisamos monitorar projetos nas escolas, mas não temos uma equipe para ir a campo”, conta Lísia. Segundo Inês, é necessário inserir esse monitoramento no plano de trabalho do convênio entre Projeto Manuelzão e Secretaria, pois os resultados precisam ser analisados para saber o que está dando ou não certo. Para Rennan, “por mais que os resultados não sejam os melhores, e nem sempre são, eles demonstram uma compreensão da causa pelos que lidam com a mobilização”.

Então, não tem jeito: é difícil, é complexa, mas a mobilização é essencial. O homem se alia a outros para lutar por questões coletivas desde que vive em sociedade. A mobilização social é exatamente o processo em que sujeitos se reúnem para defender uma causa de interesse comum. Porém, não é suficiente que os homens se reúnam e lutem. Para o pesquisador Rennan Mafrá, é necessário compreender que a mobilização é um processo estratégico, que define objetivos e como os mesmos vão ser alcançados. Além disso, há a questão da continuidade. “Não basta nos unirmos por uma causa e amanhã nos desfazermos. Temos que ter estratégias de sobrevivência do projeto e da causa”, enfatiza. ●

## Premiando a educação

A primeira edição do Premiando a Educação foi realizada em 2001. Mais de 70 trabalhos foram avaliados e escolhidos os 13 mais representativos. Os critérios utilizados para a seleção dos trabalhos foi a organização, a capacidade de mobilizar a comunidade e o tratamento dos problemas da bacia do Velhas.

Alguns dos projetos premiados em 2001:

**Na escola**, a questão ambiental sempre deve ser tratada considerando-se os problemas locais. Adotar um rio ou córrego que passa na região é uma boa forma de envolver os alunos com o lugar onde vivem. Os professores da Escola Estadual Drumond de Andrade, em Belo Horizonte, por exemplo, realizaram um trabalho de educação ambiental que enfocava a poluição da bacia da Pampulha, cartão postal da cidade.

**A escola** tem o poder de pressionar as autoridades para que elas promovam melhorias na cidade. Na Esco-

la Estadual Professor Domingos Orleans, em Santa Luzia, foi feito um diagnóstico dos problemas ambientais da região e os resultados foram encaminhados ao poder público. A Escola Estadual Professor Sebastião Ribeiro de Brito, do município de Caeté, também encaminhou às autoridades três projetos para a preservação do leito do Ribeirão Caeté, mobilizando toda a comunidade.

**O meio ambiente** não deve ser discutido em uma disciplina isolada. Cada professor pode debater as questões ambientais na matéria que leciona. A escola pode também fazer projetos transdisciplinares, que envolvam toda a comunidade escolar na busca de soluções conjuntas. A Escola Estadual Desembargador Horácio Andrade, de Ouro Preto, realizou uma série de palestras, leituras, desenvolvimento de maquetes e mapas e outras práticas pedagógicas que envolveram todas as disciplinas.

### Verbetes

#### *Co-responsabilidade*

*É envolver pessoas que dividam a responsabilidade de solução dos problemas. Não se trata apenas de propor ações a serem trabalhadas pelos atores. Para ser mobilizadora, a ação não pode ser proposta de forma isolada nem se limitar a processos de capacitação.*



Serviço: Regulamento completo do “Premiando a Educação” disponível em [www.manuelzão.ufmg.br](http://www.manuelzão.ufmg.br).

# Problemas que vão além do financeiro

NOS ESTADOS UNIDOS, DINHEIRO NÃO FAZ PARTE DAS DIFICULDADES DE RECUPERAR UM RIO

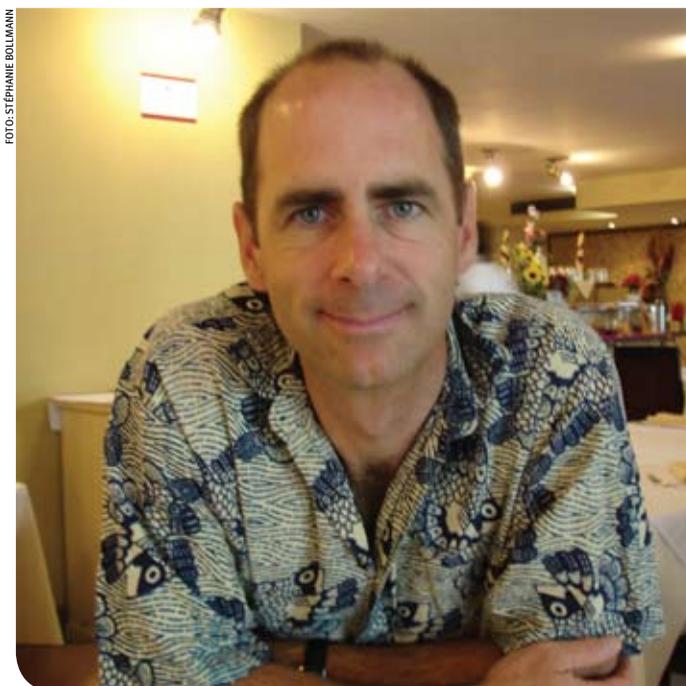


FOTO: STÉPHANIE BOLLMANN

STÉPHANIE BOLLMANN  
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Com cerca de 13,5 km, o rio Anacostia e seus afluentes nascem nos Estados Unidos, no estado de Maryland, nas cidades de Montgomery County e Prince Georges County. Depois, percorre um trecho em Washington DC, a capital federal, onde vai desaguar no rio Potomac. Foi para proteger essa bacia hidrográfica que, em 1989, criou-se o *Anacostia Watershed Society*.

É o atual presidente da organização, James Connolly, quem conta um pouco da história, das dificuldades e dos avanços do *Anacostia Watershed Society*.

Desde 1992, James trabalha, junto ao *Anacostia Watershed Society*, na recuperação do rio Anacostia

## No início, qual era a principal idéia da organização?

Por muitos anos, o Anacostia foi chamado de *forgotten River* (rio esquecido). O governo tinha um trabalho para salvar a baía onde o Anacostia encontra o rio Potomac, um estuário importante por ser muito rico em biodiversidade. Mas ninguém falava do Anacostia. E toda a poluição do Anacostia estava indo para a baía. Eu acho que, em grande parte, isso acontecia porque o rio fica na parte pobre da cidade e é lá que as pessoas negras moram. Nós queremos ter certeza que ele não é um rio esquecido.

## Como vocês pretendem recuperar o rio?

Temos três programas. Primeiro, educação ambiental nas escolas, principalmente com as crianças, sobre o que é uma bacia hidrográfica, como a poluição vai parar no rio, e como eles podem evitar que isso aconteça. O segundo é o de recuperação. Nós temos voluntários que se juntam a nós para plantar árvores e tirar o lixo do rio. Por último, temos a advocacia. No ano passado, 2007, nós tivemos sucesso em fazer com que o estado de Maryland aprovasse uma lei que estabelecia que todos os empreendimentos deveriam ter um forte controle da água

que vem da chuva. Se a gente acabar com a poluição que cai no rio, ele vai se limpar sozinho.

### Quais são os principais problemas do rio?

A água da chuva que não consegue infiltrar no solo. Nós não temos muitas indústrias aqui porque Washington DC é uma cidade governamental, mas nós temos muita gente e muito pavimento. Isso significa que todo o lixo que está no chão, todo o óleo dos carros, os elementos químicos, tudo é levado para o rio. Em Washington, o esgoto e a água da chuva vão para o mesmo cano e, quando chove, transborda. Em Maryland, temos sistemas separados. Mas os canos de esgoto são muito velhos. Durante as chuvas, árvores e pedras quebram os canos e eles vazam.

### Já é possível ver resultados do processo de recuperação?

Uma das coisas que nós tentamos assim que começamos foi tirar todo o lixo, assim as pessoas podem perceber que o rio é agradável. Tem muito menos lixo no rio agora. Ainda temos o que vem com a chuva, mas nós também temos mais coletores de lixo. Também temos animais voltando. Mais espécies de peixes, mais pássaros.

### E a qualidade da água?

Devagar, está melhorando. Nesse mês, setembro de 2008, a companhia de esgoto reduziu em 40% o esgoto que caía no rio. Agora eles estão trabalhando nos 60% restantes. Vai fazer uma grande diferença para a qualidade da água.

### Quão importante é para vocês que a população participe desse processo?

É a coisa mais importante. Porque eles são os que causam os problemas e os que podem achar uma solução. Nós apenas tentamos fazer com que as pessoas entendam que tudo o que fazemos afeta a qualidade da água.

### Quais são as metas estipuladas por vocês?

Quando começamos, tínhamos a meta de tornar o rio próprio para o nado e para a



pesca até o ano 2000. Mas nós não conseguimos. Ainda temos as mesmas metas, mas sem uma data estipulada. Agora começamos com a meta de deixar o rio livre de lixo até 2014. Acho que é uma meta alcançável, o governo tem trabalhado com a gente e isso é um sinal bom.

### Existem outras iniciativas como a de vocês?

Sim, cerca de sete ONGs que trabalham nos diferentes afluentes da bacia. E nós trabalhamos em parceria com elas, somos praticamente o único grupo que trabalha em toda a bacia. Tem também o grupo governamental, e ele é muito interessante. Eles mandam representantes do estado de Maryland, Montgomery, Prince Georges e da EPA (*Environment Protection Agency*, a agência federal responsável pela proteção do meio ambiente). Mas eles não trabalham juntos de fato. Todos eles têm maneiras diferentes de limpar o rio e diferentes prioridades.

**Mas, o *Anacostia Restoration Agreement* – acordo feito por esse grupo governamental e que estipula algumas metas para recuperação do rio – é mais velho que o *Anacostia Watershed Society*. Porque, mesmo com um acordo governamental, outras organizações, como a de vocês, apareceram?**

Porque eles tinham um acordo, mas não estavam cumprindo. Eles não faziam nada

É por meio da canoagem que James Connolly leva as crianças a entrarem em contato com o meio ambiente e a entendê-lo melhor

com medo de chatear os vizinhos, tudo por causa da política. Esse é o poder das ONGs, nós podemos influenciar os governantes, porque nós os elegemos.

### Como a presença do rio em uma grande cidade, como Washington, influencia na recuperação?

Torna tudo muito difícil porque é a presença da cidade que causa os problemas. E você tem que olhar para o lugar individualmente, cada lugar tem características especiais. Você lida com diferentes propriedades, diferentes donos de propriedades. É um desafio. Talvez, o nosso primeiro desafio tenha sido chamar a atenção das pessoas para a limpeza do rio e também fazer com que as agências governamentais se importassem em prover dinheiro e atenção.

### Qual é a maior motivação?

A idéia de que nós temos que limpar a água. Ter um rio sujo é inaceitável. Nós estamos em 2008, nós sabemos como limpar um rio, o que fazer, e nosso país é muito rico. Isso era uma coisa que a gente fazia em 1700, mas não em 2008. ●

# Vida após a morte

EXPERIÊNCIA SUL COREANA MOSTRA QUE É POSSÍVEL RECUPERAR CÓRREGO CANALIZADO

FOTO: ARQUIVO PESSOAL KEEYEON KEITH HWANG



Boa para a paisagem e para o meio ambiente, a revitalização do córrego Cheonggyecheon melhorou até o trânsito

**JULIANA AFONSO E TAÍS AHOUGI**  
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Um córrego no centro de uma grande cidade. Com o crescimento urbano, foi canalizado. Primeiro nas laterais, depois por cima, para dar lugar ao trânsito. Ali em baixo, jazia um córrego, esquecido pelo tempo. Qualquer semelhança com o ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte, é mera coincidência.

Cheonggyecheon (lê-se cheon-gay-cheon) é o nome dele. Com 5,8 km de extensão, o córrego cortava a cidade de Seul, capital da Coreia do Sul. Na década de 1960, ele foi coberto por concreto, na onda desenvolvimentista de valorização do sistema viário. Na contramão, em 1999, o então prefeito Lee Myung Bak propôs o que parecia impossível: destruir as ruas, desenterrar o córrego e devolver-lhe a vida.

Por 389 bilhões de won (a moeda coreana), o equivalente a 389 milhões de dólares, a prefeitura de Seul transformou o Cheonggyecheon. Com 620 mil toneladas de concreto a menos, ele continua canalizado, mas hoje é quase um parque: cachoeiras, áreas de descanso, pequenas piscinas e fontes. Uma nova área verde,

apesar das críticas ao custo e à eficiência da obra como recuperação ambiental.

Quem conta essa história é Keeyeon Keith Hwang, urbanista do Instituto de Desenvolvimento de Seul, responsável pelo projeto de revitalização do córrego.

**Quais eram os principais problemas do córrego Cheonggyecheon, quando ele corria em canal fechado?**

A região de Cheonggyecheon era muito congestionada e o ar era poluído por causa do volume de trânsito e veículos de carga na rua Cheonggye, que cobria o córrego, e na Cheonggye Express, uma via expressa com cerca de 6 km construída sobre a rua Cheonggye, ligando o leste de Seul ao centro da cidade. Por ela, passavam aproximadamente 160 mil veículos por dia.

**Por que, 50 anos depois de ter sido canalizado, decidiu-se revitalizar o Cheonggyecheon?**

Cinquenta anos após a Guerra da Coreia [de 1950 a

1953], o país estava em um rápido caminho para o desenvolvimento. Para o crescimento da economia, a motorização era essencial. Muitas estradas tinham sido construídas, freqüentemente, cobrindo córregos e modificando seus leitos. Na virada do século, entretanto, os habitantes de Seul que viajavam para o exterior encontraram diferentes ambientes urbanos em cidades avançadas do mundo e começaram a cobrar do governo uma melhor qualidade de vida, especialmente quanto ao espaço público.

#### Que procedimentos legais envolveram o desenvolvimento do projeto até sua aprovação?

A lei coreana exige que projetos governamentais cujo investimento é maior que 50 bilhões de won devem se submeter a um estudo econômico de viabilidade antes da construção. Ainda, projetos como a recuperação do Cheonggyecheon precisam ser inscritos no documento oficial do Plano de Desenvolvimento de Seul, que deve ser aprovado pela comissão de planejamento do governo central.

#### Como a população reagiu à proposta de revitalização?

Foram feitas diversas pesquisas para saber se a população realmente queria o projeto. A aprovação ficou acima de 80% em muitas delas. Porém, havia alguma resistência por parte dos vendedores e comerciantes da região de Cheonggyecheon, cujas lojas não poderiam ser mantidas com a recuperação ambiental do córrego. Os vendedores de rua e comerciantes opositores fizeram manifestações por meses. A Prefeitura de Seul sugeriu movê-los para um local alternativo, garantindo a estabilidade e continuidade do trabalho deles. Essa proposta foi aceita com sucesso e acordada por ambos os lados.

#### Qual era o imaginário das pessoas que nunca tinham visto o Cheonggyecheon ao natural?

Descobrimos fotos antigas do Cheonggyecheon. Algumas incluíam águas poluídas e favelas. Para dar espe-

rança aos cidadãos, a prefeitura criou diversas projeções de como ficaria o córrego restaurado e divulgou em mídias como jornais e emissoras de TV.

#### O projeto teve a intenção de trazer o córrego de volta às suas características naturais? Por que a recuperação manteve áreas de concreto?

Houve demandas ardentes de movimentos ambientais para restaurar o córrego à sua forma natural. Entretanto, o córrego está localizado no centro de Seul, onde muitos prédios e avenidas ocupam a maior parte do espaço. Nosso desenho teve a intenção de adaptar características naturais para o córrego, ao invés do córrego natural. Para responder às inundações do verão, a cidade deixou um pouco da estrutura de concreto subterrânea intocada.

#### Quais foram as principais dificuldades que surgiram no processo de revitalização?

Havia duas maiores barreiras. As primeiras foram as manifestações lideradas por um grupo de comerciantes e vendedores de rua, que pararam a construção. A outra barreira foi uma disputa relacionada com a velocidade do processo de recuperação. A prefeitura queria terminar o mais rápido possível e antes do fim do mandato do então prefeito [hoje, presidente] Lee Myung Bak, mas a oposição queria atrasar isso. Foi um verdadeiro jogo político porque o prefeito Lee era, então, o mais forte candidato às próximas eleições presidenciais, e o Cheonggyecheon restaurado poderia ser, certamente, favorável a ele.

#### Qual a qualidade da água? Os organismos aquáticos retornaram para o Cheonggyecheon?

A qualidade da água se mantém a mesma desde o começo. Vários tipos de peixes podem ser achados à jusante, e o córrego contribui para abaixar a temperatura no centro da cidade, especialmente na proximidade, até 3 graus menos que antes. ♦

## Intercâmbio de experiências

Para diferentes situações, diferentes soluções. Com o objetivo de colocar em contato as experiências de vários países na recuperação de rios, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em parceria com o Projeto Manuelzão, realizou o 1º Seminário Internacional sobre Revitalização de Rios. O Seminário ocorreu entre os dias 8 e 10 de setembro, em Belo Horizonte. Os entrevistados Keeyeon Keith Hwang e James Connolly foram dois dos convidados do Seminário.

Avenida sobre córrego canalizado: desenvolvimento já foi antônimo de meio ambiente na Coreia do Sul



FOTO: ARQUIVO PESSOAL KEEYEON KEITH HWANG

# Breve vida útil

**PLÁSTICO É FEITO PARA DURAR, MAS AS SACOLAS COMUNS SÃO DESCARTÁVEIS. AS ALTERNATIVAS PARA SUBSTITUIÇÃO AINDA NÃO SÃO CONSENSO.**

ENNIO RODRIGUES, DANIEL FARIA E RAMON MOTA  
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

“Se você vai comprar um pão, a moça o põe dentro de um saco de papel e depois ainda num de plástico!”, comenta indignado o vereador de Belo Horizonte Arnaldo Godoy. Ele é o autor do projeto de lei aprovado, mas ainda não regulamentado, que proíbe o uso de sacolas plásticas comuns no município

As sacolinhas plásticas normalmente usadas em estabelecimentos comerciais são práticas e têm baixo custo para os comerciantes. Entre os impactos ambientais causados por elas estão o entupimento de galerias de águas e esgotos, os riscos de ingestão por animais domésticos e selvagens e o assoreamento de lagos e reservatórios.

“Qualquer uma delas não rompe o conceito da descartabilidade e isto é um ponto negativo comum entre [as sacolinhas de plástico]” argumenta o ex-superintendente do Meio Ambiente do Paraná, Cícero Bley Jr. Como possibilidades de mudanças a serem adotadas destacam-se a implementação do uso das chamadas sacolas “oxi-biodegradáveis”, a cobrança do uso das sacolas de plástico comuns, além do uso das sacolas retornáveis, por exemplo, de pano.

Segundo o site da RESBrasil ([www.res-brasil.com.br](http://www.res-brasil.com.br)), empresa detentora da patente das sacolas “oxi-biodegradáveis” no Brasil, o mundo consome cerca de um milhão de sacolas plásticas por minuto. Esse é o resíduo que mais polui o meio ambiente. No Brasil, são quase um bilhão de sacolinhas plásticas que são distribuídos pelos supermercados a cada mês. O site estima ainda que uma família bra-

sileira descarte, em média, cerca de quarenta quilos só de plástico por ano.

O presidente do conselho técnico da Agência Brasileira e Normas Técnicas (ABNT), Haroldo Mattos de Lemos, afirma que, ao se degradarem, essas sacolas não se reintegram ao meio ambiente, apenas “se esfurelam”, tornando-se invisíveis ao olho nu. Segundo Haroldo, a nomenclatura correta, aceita pela ABNT, é oxi-degradável.

Na visão de Haroldo, o plástico foi criado para durar e o problema está no uso excessivo do material. Para ele, o ideal seria criar uma estrutura de reaproveitamento do plástico, por meio de campanhas de instrução da população ou de incentivo à reciclagem.

Além disso, sendo o plástico derivado de petróleo, Haroldo defende que o uso de sacolas que se degradam rapidamente seria um grande desperdício. “Se ela se degradou, você terá que pegar petróleo novo para fazer outra” explica.

Já Arnaldo Godoy, acredita que a melhor alternativa é abolir completamente as sacolas tradicionais. “Nós temos que trabalhar para se recusar o plástico”, afirma ele. Embora defenda o uso das sacolas “oxi-biodegradáveis”, sobretudo pela sua capacidade de dissolução em dezoito meses, ele esclarece que, dependendo do uso, é optar pelas sacolas de pano ou mesmo de papel, mas nunca as tradicionais. Ao ser questionado sobre as críticas que as sacolas “oxi-biodegradáveis” recebem, Arnaldo problematiza: “o que causa mais mal: plástico inteiro ou ele em pó?”. ●

# Na vanguarda da discussão ambiental

NO TRABALHO DE ANDRÉA ZHOURI, PESQUISA E MOVIMENTOS AMBIENTAIS SE COMPLEMENTAM

PÂMILLA VILAS BOAS  
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Em uma época em que as questões ambientais não faziam parte da pauta de discussão do governo e da sociedade, Andréa Zhouri decidiu fazer seu mestrado sobre a organização dos movimentos ecológicos no Brasil. A literatura sobre o assunto era escassa, foi preciso garimpar textos e fazer muita pesquisa de campo para compreender esses emergentes movimentos sociais. Andréa sempre se interessou pela relação entre cultura e política. E foi num contexto de mudança política no final da ditadura e na redemocratização do Brasil que Andréa começou a se envolver com o universo das questões ambientais.

A partir daí, foi rompendo barreiras. A primeira foi sair de Aiuruoca, interior de Minas, aos 13 anos e morar em Belo Horizonte com seus irmãos. Dos oito, ela é a caçula. “Muito cedo tive que ter responsabilidade com meus estudos e minha trajetória”, diz. Aos 17 anos, foi a primeira de sua família a passar por uma experiência de intercâmbio internacional para estudar línguas. Ela conta que a sua viagem para os EUA e o contato com a sociedade americana foi muito importante para a sua maneira de enxergar o Brasil e a relação do país com o mundo. Ao voltar, Andréa entrou para o curso de Ciências Sociais em 1981 na UFMG, mesmo sabendo que o sonho do seu pai era ter um filho formado em Engenharia Civil. Nenhum deles havia seguido a carreira. “Me perguntavam como eu ia sobreviver e me pediam para fazer um curso decente”, afirma.

## E NÃO PÁRA POR AÍ...

Como ambientalista, levantou muita polêmica. Durante a produção de sua dis-

sertação de mestrado, na época das discussões sobre a criação do Partido Verde, Andréa teve que convencer muitos de que os movimentos ecológicos realmente existiam. “Como meu projeto era inédito, as pessoas me perguntavam se eu não estava inventando um fenômeno que só existia na Europa e nos EUA”, explica. Pensando em novos objetos de estudo, Andréa foi para a Inglaterra fazer doutorado sobre as imagens que os Europeus construíam da Amazônia. Parece simples, mas não era. Andréa explica que foi preciso inverter uma posição historicamente dada. “Foi uma grande barreira me colocar como pesquisadora e não como objeto a ser pesquisado”, afirma Andréa.

Foi nessa época que Andréa se apaixonou por um de seus objetos de pesquisa. Literalmente. Klemens Laschefski era ambientalista e militante de uma ONG transnacional com sede na Alemanha. Andréa conta que tentou fazer várias entrevistas com ele, mas os assuntos sempre ultrapassavam os objetivos da pesquisa. Virou seu marido. Klemens sempre foi militante e antes de conhecer a pesquisadora era descrente da academia. “Enquanto eu influenciava Andréa a ser militante, ela me trouxe um pouco do universo acadêmico e hoje, graças a ela, me tornei pesquisador,” afirma o professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa.

Andréa se tornou, em 1999, professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG e inaugurou a linha de pesquisa em ambiente e sociedade. Em 2001, fundou o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA - que é um dos poucos



“Utopia é o que move a humanidade, é o nosso projeto do futuro. Eu sou utópica e espero continuar sendo, porque senão eu perco a perspectiva de vida”

grupos do Brasil que estuda conflitos ambientais com uma abordagem crítica à ideia de desenvolvimento sustentável e gestão ambiental. Marcos Cristiano, integrante do GESTA, conta que Andréa tem uma grande preocupação em fazer com que as pesquisas produzidas pelo grupo contribuam para a realidade das comunidades. “O que mais me chama atenção é a dedicação dela e o amor que tem pelo trabalho que faz. Muitas vezes, quando exemplifica alguma teoria com casos que trabalhou de verdade, Andréa se emociona,” explica. ♦

**Além de garantir a sua água,  
a Copasa está trabalhando  
para garantir a vida nos rios de Minas.**



Quando se fala na Copasa, a gente logo pensa na água pura e saudável que chega todos os dias na nossa casa. Mas o trabalho da Copasa vai muito além disso. A Copasa preserva mais de 24 mil hectares de matas que protegem as nascentes e mananciais, pois eles são a principal fonte de abastecimento das nossas cidades. E depois que você utiliza a água, a Copasa ainda se preocupa com o tratamento dos esgotos.

Só para você ter idéia, as Estações de Tratamento de Esgoto do Arrudas e do Onça estão ajudando a trazer a vida de volta ao Rio das Velhas e conseqüentemente ao Rio São Francisco. Além disso, a Copasa já opera 16 Estações de Tratamento de Esgoto nas cidades que fazem parte da bacia do Rio das Velhas. O objetivo é cumprir a Meta 2010, idealizada pelo Projeto Manuelzão, e abraçada pelo Governo de Minas,

que prevê a navegação, a pesca e a natação no Rio das Velhas a partir de 2010. São obras como essas que estão ajudando na preservação dos nossos maiores patrimônios: os rios de Minas. Mas você também precisa fazer a sua parte. Utilizar água com responsabilidade é a única forma de garantir o nosso futuro. Aprenda a respeitar a natureza. Por que quem preserva o meio ambiente preserva a própria vida.